

**As margens do estado na pandemia: experiências periféricas de (in) segurança humana no  
Brasil**

**The Margins of the State in the Covid-19 Pandemic: peripheral experiences of human  
(in)security in Brazil**

Camila Braga<sup>1</sup>

Ana Maura Tomesani<sup>2</sup>

Joana Ricarte<sup>3</sup>

Roberta Holanda Maschietto<sup>4</sup>

Neil Rupani<sup>5</sup>

**Resumo:** O artigo consiste em uma discussão do estado atual da pesquisa, em andamento, “As Margens do Estado na Pandemia: experiências periféricas de (in)segurança humana no Brasil”. Apresentamos o contexto do trabalho, o seu enquadramento epistemológico, alicerçado em conceitos centrais do campo de Estudos para a Paz, e uma análise preliminar dos resultados obtidos até o momento. Iniciado em agosto de 2020, o intuito do projeto é construir um diagnóstico da situação das periferias brasileiras durante a pandemia de COVID-19, mapeando as experiências periféricas a partir do prisma da segurança humana. Para o efeito, serão coletados dados primários

---

<sup>1</sup> Pesquisadora de pós-doutorado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centro de Estudos em Conflito e Paz - CCP, NUPRI/USP. E-mail: [camila.braga@usp.br](mailto:camila.braga@usp.br) Orcid: 0000-0002-8591-3348.

<sup>2</sup> Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centro de Estudos em Conflito e Paz - CCP, NUPRI/USP, integrante da Rede de Pesquisa em Paz, Conflito e Estudos Críticos de Segurança (PCECS) e do Experts Group of the Global Initiative Against Transnational Organized Crime (GI-TOC). E-mail: [anamaura@gmail.com](mailto:anamaura@gmail.com). Orcid: 0000-0001-7358-7760.

<sup>3</sup> Investigadora Integrada no Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra e pesquisadora do Centro de Estudos em Conflito e Paz - CCP, NUPRI/USP. E-mail: [joanaricarte@uc.pt](mailto:joanaricarte@uc.pt) Orcid: 0000-0002-5425-3746

<sup>4</sup> Pesquisadora de pós-doutorado, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra e pesquisadora do Centro de Estudos em Conflito e Paz, NUPRI/USP. E-mail: [rmaschietto@gmail.com](mailto:rmaschietto@gmail.com) Orcid: 0000-0002-6079-280X.

<sup>5</sup> Graduando de Saúde Pública da Universidade de Brown e assistente de pesquisa deste projeto, vinculado ao Center for Human Rights and Humanitarian Studies (CHRHS), Watson Institute, Brown University. E-mail: [neil\\_rupani@brown.edu](mailto:neil_rupani@brown.edu). Orcid: 0000-0001-7798-3808.

através de entrevistas e testemunhos, que comporão um repositório online público de informações. Através de uma abordagem crítica que retira a primazia do conceito de segurança do âmbito dos Estados, incluindo dimensões individuais e societárias tais como o empoderamento e o direito e acesso a serviços básicos como educação, saneamento e proteção social, este projeto explora as subjetividades de segurança que emergem de contextos marginalizados. Esta pesquisa contribui para a expansão do enquadramento conceitual acerca da segurança e desenvolvimento humanos, através de uma perspectiva pós-colonial, que aborda as experiências locais nas suas vicissitudes. Assim, o projeto é pensado e desenvolvido com o intuito de contribuir para a visibilização das narrativas e experiências periféricas, bem como propor uma co-construção de abordagens e políticas com o potencial de colmatar as especificidades das crises que estão a emergir em contextos marginalizados do Brasil em decorrência da pandemia de COVID-19.

**Palavras-chave:** Pandemia de COVID-19; Periferias; Segurança humana

**Abstract:** The article consists of a discussion of the research project in progress, “The Margins of the State in the Covid-19 Pandemic: peripheral experiences of human (in)security in Brazil”. We present the work context, its epistemological framework, based on central concepts in the field of Peace Studies, and an analysis of preliminary results obtained so far. Started in August 2020, the purpose of the project is to build a diagnosis of the Brazilian peripheries’ situation during the COVID-19 pandemic, mapping peripheral experiences from the perspective of human security. For this purpose, primary data will be collected through interviews and testimonies, which will make up a public online repository of information. Through a critical approach that removes the primacy of the security concept from the scope of States, including individual and societal dimensions such as empowerment and rights and access to basic services such as education, sanitation and social protection, this project explores the security subjectivities that emerge from marginalized contexts. This research contributes to the expansion of the conceptual frameworks of human security and development, from a post-colonial perspective, which addresses local experiences in their vicissitudes. Thus, the project is thought and developed in order to contribute to the visibility of narratives and peripheral experiences, as well as proposing a co-construction of approaches and policies with the potential to fill the specifics of the crises that are emerging in marginalized contexts in Brazil due to the COVID-19 pandemic.

**Keywords:** COVID-19 pandemic. Peripheries. Human Security

## **Introdução**

O texto que segue constitui uma nota referente ao andamento da pesquisa intitulada “As Margens do Estado na Pandemia: experiências periféricas de (in)segurança humana no Brasil”. A pesquisa vem sendo desenvolvida pelo Centro de Estudos em Conflito e Paz (CCP), vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI) da Universidade de São Paulo, em parceria com a FPA (Fundação Perseu Abramo), através do Projeto Reconexão Periferias, com

**Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais - ISSN: 2763-566X**  
**Volume 1, número 1, julho-dezembro de 2020.**

apoio do *Center for Human Rights and Humanitarian Studies* (CHRHS), da Universidade de Brown, nos Estados Unidos. A pesquisa busca traçar um diagnóstico da situação das periferias ao longo da pandemia de COVID-19 no Brasil a partir de dados primários, como entrevistas e testemunhos, que posteriormente comporão um repositório online público de informações.

Sabe-se que a pandemia, para além das mortes, causou no Brasil a perda de mais de 11 milhões de postos de trabalho e queda de 21% na renda do trabalhador de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OIT, 24/01/2021). Contudo, os trabalhadores formais e mais qualificados foram menos afetados que os trabalhadores menos qualificados e informais, cuja renda foi reduzida em 28%, ainda de acordo com a OIT. Relatórios internacionais vêm mostrando que os efeitos da pandemia são sentidos de formas diferentes segundo faixas de renda e qualificação.

A título de exemplo, sabe-se que não é possível ainda avaliar a amplitude do impacto desta crise no ensino que, de acordo com a UNICEF (2021), levou a que mais de 44 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio no Brasil fossem privados de pelo menos três quartos do ano letivo desde o início da pandemia, posicionando o país como o pior do mundo neste quesito. Contudo, não há dúvidas acerca das diferenças experienciadas pelas famílias com mais e menos condições durante o confinamento, visto que as últimas enfrentam desafios acrescidos no que diz respeito ao apoio às crianças e jovens, bem como no acesso e condições para o ensino à distância.

O aprofundamento das desigualdades sociais e de acesso a serviços e bens básicos que já deriva desta situação, afetando primordialmente as populações mais vulneráveis, é inquestionável. Assim, o que esta pesquisa busca levantar é de que forma os populações periféricas - entendidos aqui não no sentido geográfico da palavra “periferia”, mas sim no sentido de grupos marginalizados estruturalmente das ações do Estado - vêm enfrentando a pandemia de COVID-19.

O produto destas indagações será analisado enfocando os efeitos da pandemia e sua relação com problemas enraizados que refletem a negação de direitos e liberdades básicas às sociedades que vivem à 'margem do Estado'. Este objetivo, bem como a compreensão ampla e sistêmica de "periferia", que constitui a base deste trabalho, aproximou o Centro de Estudos em Conflito e Paz (CCP), parte do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI) da Universidade de São Paulo, com o Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo (FPA).

A parceria com o Projeto Reconexão Periferias nos permite chegar às lideranças locais com quem buscamos nos conectar, uma vez que o “Reconexão” abriga uma rede de mais de 800

movimentos, projetos e organizações locais, formalizados ou não, distribuídos em todo o território nacional. É justamente a partir de entrevistas e testemunhos destas lideranças periféricas que criaremos um grande repositório de informações e narrativas, com conteúdo textual e audiovisual, para ser explorado não apenas por leigos interessados no assunto, mas também por acadêmicos e ativistas, que terão acesso aos produtos e subprodutos do projeto.

Em Novembro de 2020, o projeto foi contemplado com o *Research Seed Grant* do *Center for Human Rights and Humanitarian Studies - CHRHS*, do Instituto Watson, da Universidade de Brown. O suporte do CHRHS contribui para a viabilização de uma plataforma online para o repositório virtual, favorecendo a disseminação e internacionalização do projeto e do próprio repositório. Desta forma, começamos a materializar a primeira fase deste projeto e sua ampla divulgação em níveis nacional, regional e internacional. Os dados coletados serão essenciais para fornecer informações qualificadas aos formuladores de políticas e organizações que operam e elaboram políticas públicas para os locais mais vulneráveis na atual pandemia, informando decisões políticas mais contextualizadas em relação à vacinação e controle de epidemia nas áreas mais vulneráveis do país.

A pesquisa foi iniciada em agosto de 2020 e há ainda várias etapas a serem executadas, mas as primeiras ações já começam a esboçar resultados e apontar caminhos. Nossa intenção aqui é apresentar a proposta, expor as etapas da pesquisa, identificar o estágio atual de desenvolvimento da mesma e detalhar o trabalho realizado até o momento. O texto está dividido em cinco partes: além desta introdução, apresentamos o contexto de desenvolvimento projeto, inserindo o leitor no universo que nos motivou a dar início à pesquisa; a seguir, apresenta-se o detalhamento do projeto, passando por sua perspectiva teórica- epistemológica e metodológica, onde explicitamos os fundamentos e os objetivos da pesquisa; a penúltima seção é dedicada ao estágio atual do projeto e os resultados obtidos até aqui. Finalmente, a quinta e última seção faz um balanço da pesquisa e aponta para os desenvolvimentos futuros.

## **Contexto da pesquisa**

O projeto teve início em Agosto de 2020. Naquele momento, o Brasil ultrapassava a marca de 100.000 mortos em consequência da enfermidade COVID-19 e possuía mais de 3,11 milhões de casos confirmados (COVID-19 DATA REPOSITORY, CSSE, 07/09/ 2020). Em números

totais, apenas os Estados Unidos superavam essa marca e o novo coronavírus (SARS-Cov-2) chegou mais cedo por lá. Em termos relativos, considerando os dados demográficos e a curva de contágio nacional, o país se destacava como o caso mais grave em registros oficiais. Este era o cenário do início da pesquisa, quando redigimos o projeto inicial e apresentamos à Fundação Perseu Abramo e também ao *Center for Human Rights and Humanitarian Studies* da Universidade de Brown.

Curiosamente, tínhamos pressa para dar início aos trabalhos porque imaginávamos que a pandemia anunciava seus primeiros sinais de arrefecimento na Europa, o que provavelmente ocorreria também por aqui. Precisávamos acelerar o trabalho de pesquisa para coletar os testemunhos e aplicar os questionários antes que o cenário se alterasse, porque isso colocaria em risco a nossa proposta inicial de apresentar um material vivo, síncrono e fiel de relato da pandemia nas vozes de quem mais sofria suas consequências.

No entanto, sete meses após o início do projeto, em março de 2021, a pandemia ainda não apresenta sinais de arrefecimento no Brasil, estando inclusive em um momento de agravamento do seu impacto social. Fala-se em uma terceira onda na Europa, novas cepas do SARS-Cov-2 foram descobertas - como a cepa britânica, a sul-africana e a de Manaus - a curva de contágios continua muito alta e a de mortes vêm batendo recordes todos os dias. No Brasil, acumulamos neste momento mais de 290 mil mortes por COVID-19 e 11,8 milhões de casos confirmados (destes, 10,4 milhões de recuperados) (COVID-19 DATA REPOSITORY, CSSE, 20/03/2021). No Estado de São Paulo, escolas e academias chegaram a reabrir em setembro de 2020, apontando para um futuro em que a COVID-19 já estaria superada<sup>6</sup>; porém, tornaram a fechar em março de 2021, juntamente com parte do comércio considerado não essencial. Em todo território nacional, estados e municípios reforçam as medidas de isolamento social para conter a expansão do contágio.

Desde o início da pandemia, informações oficiais foram registradas de forma pouco sistemática ou uniforme no Brasil, salientando-se a discrepância entre os dados oficiais para os casos confirmados com a COVID-19 e aqueles que ocorriam por enfermidades ora associadas à presença do novo coronavírus. Se no início os dados eram insuficientes, considerando a falta de testes e conhecimento sobre a nova enfermidade, posteriormente denúncias de deliberada

---

<sup>6</sup> Em abril de 2020, o STF reconheceu a competência de Estados e Municípios para a gestão de medidas de isolamento social associadas à pandemia. Desta forma, a abertura e fechamento de estabelecimentos públicos ou comerciais nunca foi uniforme. Recorremos aos dados do Estado de São Paulo como referência.

dissimulação estratégica por parte do governo federal em manusear informações confiáveis e verossímeis sobre a disseminação da COVID-19 no país levou vários órgãos de imprensa à criação de um consórcio de veículos de comunicação em junho de 2020. Através da parceria, os órgãos dividiam - e dividem ainda - tarefas para a coleta de informações junto aos Estados, de modo a poderem passar dados atualizados e verossímeis todos os dias em seus noticiários (G1, 20/03/2021).

É preciso esclarecer, entretanto, que o consórcio continua coletando e divulgando dados oficiais. A estratégia da parceria entre os veículos de imprensa era a de contornar a centralidade do governo federal na divulgação dos números, coletando os dados diretamente em fontes estaduais. Tratou-se de um enorme esforço guiado pelo interesse público de termos à disposição dados fidedignos sobre a pandemia e, neste sentido, merece ser valorizado. Contudo, ao utilizar registros oficiais, observamos que o mesmo sistema de informação preserva e reproduz as falhas do Estado em prover dados adequados sobre nossa realidade, considerando ainda o baixo número de testes e análises clínicas que foram realizados no país ao longo do último ano.

Sem testes, dados ou acesso às comunidades mais economicamente vulneráveis, nas diversas regiões do país, o registro oficial invisibiliza a forma como estas comunidades periféricas vêm experimentando e reagindo à pandemia e às políticas estatais destinadas à gestão da crise sanitária que, por sua vez, utilizam esses mesmos registros oficiais como base para sua elaboração. Consecutivamente, as políticas públicas adotadas até então não consideraram as especificidades das periferias rurais e urbanas no Brasil e suas populações marginalizadas. Atualmente, os números expressivamente altos de vítimas da COVID-19 entre as populações de menor renda, particularmente aquelas que se auto identificam como negras e pardas, demonstram o grau de vulnerabilidade desses grupos, que constituem a maior parte da população brasileira em regiões periféricas. De acordo com o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), grupo de estudos formado por pesquisadores da PUC-Rio, Fiocruz e Grupo DOR, uma pesquisa realizada em maio de 2020 demonstrou que a chance de recuperação entre contaminados é significativamente maior entre brancos do que entre negros (pretos e pardos)—respectivamente, 62% e 45% (NOIS, 2020). Mais recentemente, membros do Núcleo publicaram um artigo na revista *Public Health* que reafirma a disparidade no número de vítimas fatais entre brancos e negros (PERES et al., 2021).

Estes dados revelam as desigualdades enfrentadas e agravadas ao longo da pandemia no Brasil, bem como o impacto insuficiente das políticas generalistas de combate à crise social,

econômica e sanitária que afetou de formas diferentes as várias parcelas da população. Ignorou-se, por exemplo, que o acesso à água potável e redes de saneamento não é universal. Ignorou-se, também, que o distanciamento social não é possível para muitas famílias em situação de pobreza e ignora-se ainda os impactos sociais e econômicos que o isolamento social pode produzir em famílias de baixa renda. Por fim, há o aspecto cultural, quando ignoramos que nas comunidades periféricas existem sociabilidades distintas e muitas vezes construídas por processos de subjetivação e alteridade que tornam “os sujeitos e narrativas do Estado” (assim como todas as outras formas de legibilidade do Estado) no “outro”, ou seja, que não refletem a(s) experiência(s) próprias da(s) comunidades.

Assim, o projeto que estamos desenvolvendo tem o objetivo de visibilizar narrativas e experiências periféricas, criando uma base de dados de livre acesso na qual constarão testemunhos, em primeira pessoa, sobre as ações e reações das comunidades periféricas brasileiras à crise produzida pela covid-19, enfrentada às margens do Estado. No Brasil, os efeitos da pandemia têm revelado as inúmeras frentes de insegurança (definida criticamente em termos mais amplos) de determinadas camadas da população, em especial dos mais pobres e de grupos socialmente marginalizados, como negros, indígenas, e mulheres, que tem sido mais afetados pelos efeitos da pandemia tanto em termos sanitários, como em termos econômicos.

Estes efeitos refletem sérias limitações no processo de desenvolvimento humano no Brasil, associadas às condições estruturais de desigualdade em diversas áreas (de renda, de acesso a serviços básicos, de oportunidades, de acesso à propriedade, dentre outros). Portanto, a partir de uma ótica embasada no conceito de segurança humana, buscamos discutir como estes elementos são influenciados e ao mesmo tempo afetam a perpetuação de diversas formas de violência, inclusive violência estrutural e simbólica (GALTUNG, 1969; BOURDIEU, 2000).

### **Detalhamento do projeto**

Teoricamente, o ponto de partida deste projeto é a centralidade da segurança humana, em oposição à segurança do Estado. Em linhas gerais, a segurança humana está centrada na segurança do indivíduo e na garantia de seus direitos mais fundamentais (PNUD, 1994; CSH, 2003). Ela inclui várias dimensões interconectadas, como segurança econômica, segurança alimentar, segurança ambiental, segurança sanitária, segurança pessoal e comunitária, bem como segurança

política. Neste sentido, além de questionar a ideia de que a segurança do Estado traz como consequência direta a segurança do indivíduo, o conceito de segurança humana chama a atenção para o papel tanto da proteção com relação a forças que estejam fora do controle dos indivíduos, como do empoderamento, de forma que cada indivíduo tenha plenas condições de desenvolver seu potencial e alcançar seu bem estar e segurança (NOGUEIRA, 2019). Está, assim, intimamente ligada ao desenvolvimento humano.

Entendemos que os problemas gerados pela pandemia de Covid-19 não são apenas oriundos da doença e seu contágio, mas da própria fragilidade estrutural e pré-existente da segurança humana no país, que foram apenas agravadas pelo contexto de crise atual. Ao mesmo tempo, entendemos que, em vista da multidimensionalidade da segurança humana, as prioridades dadas pelos governos a cada uma destas dimensões não necessariamente respondem às demandas locais. Assim, propomos investigar a própria forma como as populações periféricas entendem sua segurança.

Neste sentido, adotamos uma perspectiva crítica de segurança humana, influenciada por debates pós-coloniais que questionam relações de poder, inclusive a invisibilização de diferenças importantes, ligadas à raça, gênero, classe, cultura, etc. (HUDSON, 2018; HYNEK; CHANDLER, 2011) e que enfatizam a possibilidade de uma construção emancipatória de segurança humana pautada no cotidiano e na pluralidade de vozes e necessidades dos diferentes grupos sociais.

De maneira geral, nossa preocupação é com a própria construção dos saberes, ao privilegiar formas distintas de "conhecer" a realidade exterior ao sujeito, porém visível apenas e na medida em que este vivencia e externaliza sua vivência em uma estrutura narrativa. Com efeito, interessamos observar e trazer a público como diversos atores que se encontram às margens do poder político, ou 'nas margens do Estado', experienciam e narram sua vivência em termos de segurança. Isso, por sua vez, responde ao objetivo mais amplo de contribuir para a descolonização dos saberes e busca por 'epistemologias do sul' (SANTOS, 2014; SMITH, 2012), um objetivo que não pertence apenas a este grupo, mas a um número considerável de acadêmicos associados ou que se identificam com o chamado 'Sul Global'.

A partir do nosso objetivo central e deste objetivo compartilhado com outros acadêmicos, desenrolam-se os seguintes objetivos específicos. Primeiro, o projeto visa entender como diferentes periferias têm experienciado a pandemia da COVID-19 deflagrada em razão do novo coronavírus a partir de suas narrativas. Segundo, visa mapear as diferentes práticas destas comunidades em resposta aos efeitos da pandemia, especialmente em termos de medidas emergenciais. Terceiro,

pretende identificar as melhores práticas de resposta emergencial e como estas podem inspirar e influenciar respostas emergenciais em escala nacional e subnacional. Quarto, com base nestas experiências e narrativas, propõe repensar os conceitos que permeiam o debate sobre segurança humana, incluindo as ideias de segurança, paz, desenvolvimento, empoderamento, liberdade, necessidades, cidadania, dentre outros, bem como a relação entre o Estado e as periferias. Um quinto objetivo, mais prático, envolve fomentar a conexão entre estas diferentes periferias e a academia (inclusive em nível internacional) por meio do compartilhamento destas narrativas (tanto em versão de testemunhos diretos quanto a partir dos resultados da pesquisa) e, desta forma, subsidiar o poder público com informações qualificadas, visando à melhoria das respostas emergenciais governamentais nas periferias por meio de práticas participativas e construção dialógica do conhecimento. Por fim, buscamos, a longo prazo, contribuir para a propagação de redes de apoio e ações estratégicas para políticas públicas, com vistas à melhoria das condições de vida das periferias.

Em vista desses objetivos, em termos metodológicos, o projeto privilegia uma abordagem qualitativa, focada nas narrativas de atores periféricos. O estudo é exploratório e visa apresentar um olhar que represente o Brasil como um todo e suas diferentes periferias. A seleção dos atores a serem contatados tem como base inicial - mas não limitada a - um extenso mapeamento de organizações e movimentos de base realizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA), parceira institucional do projeto. Em 2019, a FPA mapeou mais de 800 organizações e movimentos de base formais e informais em todo o país por meio de um processo de bola de neve. Embora essas organizações sejam caracterizadas por objetivos diferentes (por exemplo, defesa e proteção dos direitos humanos; direitos das mulheres e violência baseada em gênero; transformação positiva da violência estrutural e cultural; promoção e educação esportiva; e cultura, desenvolvimento econômico e social), elas têm em comum o fato de serem representativas de comunidades periféricas.

Com o intuito de obter um panorama geral do cenário nacional, a próxima fase do projeto consiste na coleta de depoimentos de membros de pelo menos cinco organizações em cada um dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, totalizando 135 organizações. Dessa forma, trabalharemos grupos localizados em todo o território nacional. Além disso, trabalhamos com um questionário aplicado a 80 destas organizações no final de 2020, de forma a ter um panorama preliminar sobre os efeitos da pandemia em suas comunidades. Ao lado das narrativas locais,

também nos interessa observar em que medida estas se alinham ou se distanciam de outras narrativas, como as presentes na mídia (nacional e internacional) e a de atores que trabalham na área da saúde e na linha de frente da assistência emergencial.

Neste sentido, a análise será pautada nos seguintes tipos de fontes: i. respostas dos questionários que foram conduzidos com 80 organizações e coletivos periféricos em escala nacional, incluindo seis questões (abertas e fechadas) relativas aos efeitos da pandemia de Covid-19 tanto na organização quanto na comunidade em que ela reside; ii. testemunhos de membros de organizações e coletivos periféricos em escala nacional, totalizando 135 testemunhos no primeiro levantamento (cerca de cinco por estado e DF); iii. entrevistas semi-estruturadas com profissionais da saúde e de assistência emergencial que tem trabalhado na linha de frente da pandemia, incluindo instituições como a Cruz Vermelha e Médicos sem Fronteiras, como movimentos que surgiram no contexto da pandemia para lidar com a questão da saúde e assistência emergencial; iv. documentos oficiais de política nacional, relatórios sobre a pandemia do Covid-19 no Brasil, incluindo discursos presidenciais, dos ministros da saúde, relatórios do Ministério da Saúde e de outros órgãos que lidam com a saúde pública; v. notícias da mídia nacional e internacional que retratam a situação das periferias brasileiras diante da pandemia.

Com relação aos dados e informações que este projeto visa acessar, cabe mencionar que os testemunhos mencionados no item "ii", coletados por mensagem ou vídeo via telefone, serão guiados por três questões genéricas que abordam, sucessivamente: a) os desafios que a comunidade encontrou desde a deflagração da pandemia, b) a situação de segurança da comunidade e como foi afetada pela pandemia, e c) as medidas tomadas tanto pela comunidade quanto pelo governo para responder a estes desafios. Além das mensagens, os participantes serão convidados a enviar fotografias que retratem as condições de sua localidade. Todo o material organizado pela pesquisa estará disponível em um repositório virtual, que permanecerá aberto a novas inclusões (outros testemunhos, áudios, imagens, e análises) a fim de retratar a evolução da pandemia nas comunidades periféricas.

O diagnóstico que propomos desenvolver se baseia na análise de narrativas, a partir de uma perspectiva sociocultural (GRBICH, 2013), considerando em que medida as experiências dos atores das periferias diferem ou se alinham com as narrativas dos agentes da saúde, dos discursos oficiais sobre a pandemia, bem como com a imagem dominante divulgada pela mídia. Os seguintes aspectos serão priorizados na análise do material obtido pelos atores das periferias: as experiências

dos atores periféricos e em que medida se assemelham ou diferem; a avaliação destes atores sobre a sua condição, ou seja, como eles explicam os efeitos da pandemia e as respostas a ela; o que essas narrativas revelam sobre a segurança, em especial como a segurança humana e suas dimensões são expostas, definidas e vividas, e como o Estado aparece nesses relatos; e, desta forma, observar que tipos de saberes e experiências emergem nestas periferias que tem contribuído para a resiliência destas comunidades.

No caso das fontes oficiais, da mídia e dos trabalhadores da área de saúde, propõe-se uma análise estruturada em três questões: primeiro, como as periferias têm sido retratadas nestes relatos? Segundo, como a resposta do Estado nas periferias tem sido descrita? E, finalmente, quais têm sido os desafios identificados ao se enfrentar a pandemia nas periferias e quais as ações tomadas neste sentido?

Uma vez que este estudo é guiado por uma perspectiva pós-colonial e pela tentativa de desconstruir narrativas e conceitos *mainstream*, a análise também conta com um processo de diálogo e feedback, uma vez obtidos os resultados preliminares da análise dos questionários e dos testemunhos. Desta forma, o projeto prevê a realização de uma série de workshops regionais que incluam a presença de participantes da pesquisa. O objetivo é compartilhar os resultados e validar a análise. Uma vez que os workshops vão acontecer num momento posterior à coleta de dados, consideramos que muito pode ter mudado com relação a efeitos e respostas. Assim, estes eventos irão contribuir para a elaboração de *policy papers* mais atualizados e pertinentes para o contexto.

## **Resultados parciais**

Esta é uma pesquisa em andamento e algumas etapas de pesquisa já foram implementadas. Uma delas é a análise de mídia internacional, realizada com o apoio do *Center for Human Rights and Humanitarian Studies*, Watson Institute, da Brown University. Esta análise, em constante atualização, tem o intuito de proporcionar uma compreensão mais ampla acerca de como a pandemia e, principalmente, as vozes das periferias ecoam internacionalmente. Este mapeamento das representações midiáticas acerca das experiências da pandemia no Brasil visa focar não apenas no formato dos discursos e narrativas que dão visibilidade ao contexto brasileiro, mas, sobretudo, nos silêncios e ausências que identificamos no levantamento destes retratos. Posteriormente, um trabalho de mídia interno também terá lugar.

Outra etapa concluída recentemente foi a análise de um *survey* que foi aplicado pela Fundação Perseu Abramo e no qual tivemos a oportunidade de incluir questões específicas relativas ao projeto sobre o enfrentamento à COVID-19 nas periferias. A Pesquisa Cultura e Sociabilidade nas Periferias foi desenvolvida pelo Projeto Reconexão Periferias a partir de 80 entrevistas realizadas com organizações e coletivos que, em sua maioria, foram previamente mapeados pelo Reconexão Periferias, abrangendo todas as regiões do Brasil e uma variedade de segmentos de atuação.

A coleta de dados envolveu não apenas os próprios pesquisadores da Fundação Perseu Abramo, mas, também, o Grupo Rasuras - Universidade Federal da Bahia, NEGRA - Universidade Federal Fluminense, as pesquisadoras envolvidas neste projeto do Centro de Estudos em Conflito e Paz (CCP - NUPRI) - Universidade de São Paulo, PROMUSPP - Universidade de São Paulo, Pós Graduação em Sociologia - Universidade de São Paulo e Fundação Hermínio Ometo.

Tanto a análise de mídia internacional, quanto a análise das respostas ao *survey*, no que tange especificamente às questões sobre o enfrentamento da COVID, podem ser conferidas nos próximos tópicos.

## **O retrato midiático internacional das respostas à pandemia da COVID-19 nas periferias do Brasil**

A pandemia de coronavírus marcou um ano de incertezas para o mundo, com comunidades periféricas sendo impactadas em uma magnitude muito superior a outras. Durante este período de incerteza, a grande mídia tornou-se uma fonte crítica de informação sobre o novo coronavírus, fornecendo um rastreamento da doença e atualizações em tempo real através de gráficos numéricos, promovendo a saúde e a higiene e destacando as injustiças nas comunidades (ANWAR et al., 2020). Embora a grande mídia tenha sido uma fonte para melhorar as intervenções de saúde pública, ela também foi a fonte através da qual muitos líderes políticos se posicionaram contrariamente à ciência e desinformaram o público (WATSON, 2020). Esta desinformação tem sido ligada ao aumento das taxas de mortalidade, especialmente nas comunidades periféricas (OLORUNNIPA et al., 2020). Relatar a resposta local dessas comunidades periféricas ao novo coronavírus e ao ambiente político pode evitar que essas comunidades sofram mais danos e ajudar na obtenção de

apoio a essas comunidades pelas organizações internacionais. No entanto, dada a natureza do vírus circulante, é difícil coletar informações sobre experiências locais em um cenário de surto.

A análise que apresentamos nesta seção revela o atual retrato midiático da resposta à COVID-19 nas comunidades periféricas do Brasil a partir da mídia internacional. Foram consultadas 6 fontes de notícias em espanhol e 12 fontes de notícias em inglês abrangendo o período entre Janeiro de 2020 e Março de 2021. Algumas fontes latino-americanas analisadas incluem o *El Espectador*, o *El Universal*, e o *La Jornada*. Algumas das fontes mapeadas de outras localidades incluem a *BBC*, o *The New York Times*, a *Al Jazeera*, e o *The Guardian*. Mais de 35 publicações diferentes foram revistas e um banco de dados foi criado para capturar as especificidades das informações apresentadas por cada publicação sobre a resposta das periferias do Brasil à pandemia do coronavírus.

Uma análise das fontes de notícias em espanhol e em inglês mostra que a mídia se concentra principalmente nas dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas marginalizando outras comunidades periféricas no Brasil no que diz respeito à pandemia do coronavírus. Particularmente, as fontes de notícias discutem dados quantitativos, tais como taxas de mortalidade (TÉLAM, 2020) em comunidades indígenas do norte do país, bem como a morte de importantes líderes indígenas (MARCELINO, 2020). Com relação a estes dados quantitativos, os artigos discutem diferentes fontes de dados confiáveis e razões plausíveis para maiores taxas de mortalidade nas comunidades indígenas. Em geral, as fontes de notícias atribuem quatro causas principais para a situação dos povos indígenas do norte: pequenos alojamentos, mineiros e madeireiros ilegais, falta de acesso aos cuidados de saúde, e uma resposta inadequada do governo. Além disso, muitas fontes de notícias têm relatos pessoais dos povos indígenas que expressam um desejo de mais ajuda governamental (AGENCIA AFP, 17/08/2020). Alguns relatos pessoais descrevem o retorno dos povos indígenas aos métodos tradicionais de medicina e formas alternativas de lidar com a falta de assistência médica (AGENCIA AFP, 13/07/2020). Outras entrevistas expressam frustração entre os habitantes locais com o governo. Entretanto, muitas fontes de notícias parecem usar as entrevistas pessoais para apoiar a afirmação da mídia, e poucas fontes permitem que as experiências individuais falem como afirmações próprias. Desta forma, estas fontes noticiosas deixam de fora partes das experiências da população local e, como resultado, elas não relatam as complexas condições em que as comunidades periféricas são obrigadas a enfrentar e resistir ao avanço da

COVID-19 sobre suas populações. Ao mesmo tempo, todas as fontes de notícias têm críticas válidas ao governo brasileiro e apoiam a causa dos povos indígenas.

Em menor grau, as fontes noticiosas relataram a resposta das comunidades negras, pobres e urbanas no Brasil ao novo coronavírus. Dos artigos que mencionam outras comunidades marginalizadas, as fontes de notícias focam principalmente nas favelas brasileiras. Apenas algumas poucas fontes mencionam os negros ao discutir o impacto do coronavírus no Brasil, e a maioria não consegue separar as comunidades negras das favelas (TEIXEIRA, 2021). Embora haja uma grande sobreposição entre a comunidade negra e as favelas no Brasil, os dois grupos não podem ser simplesmente agrupados em um único grupo. Um branco em uma favela responderá de forma diferente ao coronavírus do que um negro em uma favela, porque fatores estruturais diferentes impactam grupos raciais diferentes de forma única. É importante diferenciar entre lutas de comunidades pobres e comunidades negras com relação ao coronavírus, assim como analisar a sobreposição entre as duas comunidades.

De forma semelhante às notícias sobre comunidades indígenas, as notícias sobre as favelas utilizam experiências individuais, opinião de especialistas e perspectivas de organizações de base/coletivos sociais para retratar a resposta das favelas ao coronavírus. Fontes noticiosas atribuem a situação crítica das favelas às condições sanitárias das residências, com ambientes fechados, densamente ocupados, empregos no mercado de serviços, falta de recursos para a higiene e acesso inadequado aos cuidados de saúde (SLATTERY et al., 2020). Principalmente, os moradores das favelas expressaram ter poucas opções: ou morrer de fome ou adoecer (TEIXEIRA, 2021). Dadas essas restrições, as fontes jornalísticas também criticam a falta de assistência econômica para essas comunidades. Estas críticas da mídia são colocadas no contexto maior da falta de assistência governamental para as periferias no Brasil.

Alguns veículos de mídia discutem a resposta da comunidade negra no Brasil ao novo coronavírus. Estas fontes discutem as causas do racismo estrutural, dados quantitativos sobre mortalidade (GRAGNANI, 2020) e experiências de indivíduos negros nas comunidades periféricas. Especificamente, as fontes discutem como a história do Brasil tem influenciado a violência estrutural contra os negros (LEÃO, 2021). As fontes noticiosas concordam que as populações negras têm menos acesso à educação, menos acesso a cuidados de saúde e menos apoio governamental do que as populações brancas (GRAGNANI, 2020). Estas desigualdades estruturais

entre as populações negras e brancas no Brasil contribuem para as diferenças nas taxas de mortalidade por COVID-19, de acordo com a mídia.

Em geral, há uma grande variedade de reportagens na mídia internacional sobre as respostas das comunidades periféricas ao novo coronavírus no Brasil. A maioria delas foca em comunidades indígenas do norte do país e dados quantitativos, marginalizando outras comunidades periféricas e experiências individuais. Há também diferenças regionais nas reportagens das respostas ao coronavírus nas periferias do Brasil. A mídia latino-americana, europeia e do Oriente Médio tem o registro mais holístico de experiências periféricas com relação à COVID-19 no Brasil. Fontes dos Estados Unidos concentram-se principalmente nas comunidades indígenas amazônicas do Brasil. Essas diferenças regionais de cobertura podem ser devidas às diferenças de mercado. Além disso, outras comunidades marginalizadas, como os quilombolas e as comunidades indígenas do sul do país, têm tido uma representação significativamente menor na mídia. Considera-se importante ampliar a cobertura sobre outras comunidades periféricas no Brasil e sua resposta ao novo coronavírus para evitar a ocorrência de novas injustiças. Embora a maioria da cobertura midiática apoie a causa das periferias, muitos veículos não exploram as nuances dessas respostas comunitárias. Relatórios mais qualitativos, individualizados e experienciais precisam ser feitos nas periferias do Brasil para ajudá-las no enfrentamento à COVID-19 e mitigação dos impactos sociais sobre suas comunidades.

### **Impacto da COVID-19 nas Comunidades Periféricas**

Como dito anteriormente, a Fundação Perseu Abramo coordenou a Pesquisa Cultura e Sociabilidade nas Periferias<sup>7</sup> e, muito embora a questão da pandemia não fosse o foco da pesquisa iniciada em 2019, nossa parceria permitiu que seis questões fossem incluídas no questionário para a verificação do enfrentamento à pandemia por estas comunidades.

Das 800 organizações incluídas na base de dados da FPA, foi selecionado uma amostra de 80 organizações, incluindo coletivos, ONGs, organizações de base etc. Para cada organização,

---

<sup>7</sup> Pesquisa Cultura e Sociabilidade nas Periferias. Desenvolvida pelo Projeto Reconexão Periferias a partir de 80 entrevistas realizadas com organizações e coletivos que, em sua maioria eram previamente mapeados pelo Reconexão Periferias, abrangendo todas as regiões do Brasil e uma variedade de segmentos de atuação. Participantes: Fundação Perseu Abramo; Grupo Rasuras -Universidade Federal da Bahia; NEGRA- Universidade Federal Fluminense; CCP-NUPRI - Universidade de São Paulo; PROMUSPP - Universidade de São Paulo; Pós Graduação em Sociologia - Universidade de São Paulo e Fundação Hermínio Ometo.

introduzimos um *survey* com 67 questões, seis das quais abordando diretamente o contexto da pandemia. O *survey* era composto por questões abertas e fechadas e foi aplicado entre outubro e dezembro de 2020, por telefone e aplicativos de conversas virtuais, sendo que cada entrevista durou em torno de 1h a 1h30min. Analisamos abaixo as respostas para as questões que nosso grupo incluiu no *survey* supracitado, específicas sobre o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Quando questionados “**como a pandemia da Covid-19 afetou o trabalho da sua organização?**”, as 80 organizações que participaram do *survey* relataram seus impactos negativos e positivos com relação ao trabalho efetivo com a população atendida, assim como o gerenciamento e programa de ação. Os seguintes temas receberam destaque: 55% (44) relataram alterações na forma/agenda de trabalho da organização; 41% (33 respondentes) mencionaram a suspensão/paralisação/ redução das atividades; 36% (29) expressaram o agravamento na condição de acesso aos direitos fundamentais/sociais/ econômicos; 34% (27) relataram alguma alteração em suas relações interpessoais e com a população atendida (PA); 12,5%, (10) que sofrem ou sofreram algum tipo de impacto financeiro; 10% (8) mencionaram como a saúde física e emocional de seus membros e população atendida passou a ser prioridade na pauta da organização; e, por fim; 7,5% (6) consideraram que um efeito positivo da pandemia foi o aumento de interatividade, abrangência e visibilidade da organização.

Mais da metade dos entrevistados buscaram adaptar os trabalhos de sua organização ao novo cenário, migrando suas ações e atividades para plataformas online, alterando o formato de suas atividades e formas de disseminação; algumas organizações destacaram alterações significativas em seus programas de ação e outras priorizaram atividades de cunho assistencialista e emergencial, como a entrega de cestas básicas e uma linha telefônica emergencial para atender exclusivamente casos de violência doméstica e/ou violência contra a mulher. Com efeito, 36% dos entrevistados relataram a precarização de atendimentos e aprofundamento das assimetrias sociais com a adoção das medidas sanitárias impostas pelo governo à toda a população nacional, sem considerar a especificidade e vulnerabilidade crescente daqueles que habitam as regiões periféricas. Segundo alguns dos entrevistados, nesse mesmo período, o número de pessoas que vivem nas ruas teria dobrado e muitos de seus atendidos (mesmo os funcionários!) passavam fome.

Organizações rurais destacaram o aumento dos conflitos por terras, envolvendo fazendeiros e garimpeiros, bem como a dificuldade de acesso aos órgãos de justiça, que também atuavam em um regime diferenciado devido a pandemia. Em geral, quando mencionados os impactos positivos,

estes diziam respeito à maior interatividade e conexão em redes que possibilitam o mundo virtual, encurtando distâncias e o tempo que demoravam para organizar suas ações. A maior conectividade com a população mais jovem foi um ganho nesse processo, com o fortalecimento das redes de ativismo digital. Em compensação, também foi destacada em várias ocasiões a dificuldade de se atingir a população alvo por meio de tecnologias de informação, devido tanto à falta de acesso destas populações à equipamentos tecnológicos e à internet, como também devido à falta de conhecimento para utilizar estes instrumentos. Nesse sentido, a pandemia ressaltou uma forte assimetria digital.

As respostas à questão seguinte retomaram estes pontos. Ao responder se **“a pandemia trouxe alteração na agenda política e nas ações planejadas da sua organização?”**, 95% (76) dos entrevistados afirmaram que sim e 5% (4) que não. Daqueles 76 entrevistados que afirmaram que a pandemia provocou alterações em sua agenda política, questionamos **“o que mudou e o que permaneceu?”** Novamente, uma maioria expressiva dos entrevistados, cerca de 67% (51), mencionou a suspensão, paralisação ou redução das atividades presenciais da organização. Por sua vez, apenas 25% (19) dos 76 respondentes citaram a manutenção de atividades pré-existentes à pandemia.

Em sua maioria, as organizações consultadas manifestaram ter realizado alterações em sua forma ou agenda de trabalho: 59% (45) migraram suas atividades para plataforma online/ trabalho remoto; 13% (10) falaram em mudanças nos programas de ação; e outros 13% (10) passaram a incluir em sua pauta prioritária as ações de cunho assistencialista ou emergenciais; 10,5% (8) mencionaram investimento em formação e adaptação tecnológica, inclusive para a população atendida; e 8% (6) indicaram alterações na distribuição e formato das atividades. Por fim, cerca de 12% das organizações indicaram impactos positivos no trabalho de suas organizações, ao pontuarem questões de interatividade entre os membros, abrangência de suas ações, atividades e atendimentos no mundo virtual e visibilidade da organização. Sobre este último ponto, nota-se uma referência direta de diversas organizações ao aumento da solidariedade comunitária em relação ao período anterior à pandemia da COVID-19.

Paralelamente, 12% (9) relataram a precarização das condições sociais de seus atendidos e da própria capacidade da organização em atendê-los. Assim como na questão anterior, a falta de acesso às tecnologias de informação ou conhecimento para uso dessas tecnologias foi um tema recorrente. A indisponibilidade de acesso à internet, aliada ao fechamento dos espaços físicos,

produziu impactos profundos nas redes de sociabilidade e interação comunitária para diversas organizações e aumentou ainda mais a situação de vulnerabilidade do público atendido. As atividades culturais, em especial, foram as mais impactadas e as organizações desse setor estão entre aquelas que declararam a paralisia total e/ou temporária de suas atividades. Por fim, talvez na contramão dos tempos e indicando que muitas organizações ainda se esforçam para sobreviver a esta crise multidimensional, poucas foram aquelas que indicaram – diretamente – a integração (em caráter não emergencial) de medidas associadas à saúde física e emocional de seus membros e atendidos, apenas 10,5% (8). Neste sentido, ao se analisar o agregado das respostas, percebe-se que as medidas mais imediatas para preservar tanto a saúde dos integrantes das organizações consultadas, quanto a saúde de seus atendidos, foram a mudança para plataformas virtuais e a suspensão e redução de atividades presenciais. Vale notar que este número não inclui atividades assistencialistas ou de atendimento emergencial, que se referem às campanhas para entrega de cestas básicas, marmitas, kits de higienização ou apoio às ações em postos de saúde.

Estes dados revelam os limites, inclusive em termos de sustentabilidade, das ações realizadas por diversas organizações desde o início da pandemia. Ao que tudo indica, não estamos observando o limiar de novos tempos, mas sim as limitações do modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado por sucessivos gestores da economia nacional, especialmente no que concerne a extensão das assimetrias sociais no país e as limitações relativas à segurança humana de populações periféricas.

Em seguida, buscamos analisar o tipo de impacto que a pandemia teve nestas populações. Mais especificamente, questionamos “**em que esfera (saúde, educação, trabalho, habitação, etc.) você acha que a COVID mais impactou na sua comunidade? Por quê?**”, tendo as respostas sido categorizadas em termos dos impactos econômicos, sociais, políticos e culturais. Dentro da esfera social, foram identificadas quatro grandes categorias, sendo estas a (des)proteção social, a educação, a saúde e a violência doméstica. A esfera econômica é composta por elementos relacionados com o trabalho, as desigualdades e a crise econômica. A esfera cultural abarca as tradições e modos de vida comunitários que foram transformados pela pandemia, as alterações nos tipos de sociabilidade local e questões acerca do entretenimento e cultura. Por fim, a esfera política inclui questões de comunicação e acesso à informação, bem como as respostas governamentais através de medidas de apoio. De acordo com os entrevistados, sentiu-se um impacto maior devido

à pandemia na esfera econômica (72,5%), tendo a esfera social um peso muito próximo (68,75%). Menos referidos foram os impactos na esfera cultural (18,75%) e política (17,5%).

Dos que indicaram a esfera social como uma das esferas que sofreu maior impacto nas suas comunidades, 76,36% referem o impacto na saúde, que inclui o número de mortes, agravamento de doenças pré-existentes, falta de recursos (testes, medicamentos e profissionais), cancelamento na prestação de serviços de saúde não-relacionado com a pandemia, saúde mental e dificuldades acrescidas no acesso ao cuidados médicos, tendo o último sido o mais referido (38%). Também foi notável o impacto da pandemia na educação. Dos que referiram a esfera social, 49% indicam questões como o fechamento das escolas, o agravamento nas desigualdades de acesso a outros níveis de ensino como o superior, perda do ano letivo ou abandono escolar, falta de acesso ao ensino, deficiências na aprendizagem, impossibilidade ou incapacidade por parte dos responsáveis pelas crianças e jovens para prestar apoio educacional e acompanhamento ao ensino e, principalmente, falta de recursos como acesso à internet e equipamentos. Ainda na esfera social, 43,63% citam aspectos relacionados com a (des)proteção social, tais como falta de acesso à água e itens de higiene, bem como aos equipamentos de proteção individual, habitações precárias, despejos e questões relacionadas à segurança alimentar, como acesso a bens de qualidade e mesmo fome, sendo o último o impacto mais citado neste quesito (15% do total de entrevistados).

No que diz respeito ao impacto econômico, 86% dos que se referiram a esta questão (e um total de 62,5% dos entrevistados) mencionam questões relacionadas ao trabalho sendo o desemprego, o aumento da precariedade e a quebra de rendimentos os impactos principais mencionados pelos entrevistados. Característico do tecido econômico brasileiro, o trabalho informal foi profundamente afetado, sendo referido por 17,5% dos entrevistados como sendo uma área em que o impacto da pandemia foi considerável. É importante referir que este número, embora não tenha sido explicitamente referido pelos entrevistados, tem também reflexo na desproteção social e na desigualdade de acesso a direitos básicos como seguro desemprego, auxílios por perda de rendimentos e até possibilidade de manter ou não o confinamento. Outros fatores econômicos, igualmente importantes, mas menos citados, foram o agravamento das desigualdades e a crise econômica (ambos com 13,75% do total de entrevistados cada), refletindo o aumento de preços de bens de consumo básicos como alimentos e remédios, bem como na quebra de expectativas/perspectivas econômicas para as populações mais jovens.

Por fim, os impactos cultural e político foram expressos, respectivamente, em termos de alterações nos modos de vida tradicionais, nas formas de convivência nas sociedades e na coesão social das comunidades, e na forma que a informação sobre a pandemia foi veiculada pelo governo, bem como no acesso às medidas de apoio como o auxílio emergencial. Ressalta-se que a baixa referência ao auxílio emergencial (11,25% do total) pode eventualmente ser relacionada com o alcance da medida, visto que os respondentes que se referiram a este mencionaram, basicamente, as dificuldades no acesso, demora ou insuficiência da medida.

A questão **“O que a organização tem feito para atender as necessidades imediatas geradas pelo contexto da pandemia COVID-19 na comunidade em que atua?”** gerou o seguinte quadro de respostas:

1) Arrecadação e distribuição de cestas básicas	61,25%	49
2) Arrecadação e distribuição de produtos de higiene	50,00%	40
3) Proposição de projetos para financiamento de ações comunitárias	17,50%	14
4) Comunicação comunitária e preventiva	48,75%	39
5) Acompanhamento e ajuda com o auxílio emergencial	32,50%	26
6) Cobranças e denúncias às instituições públicas	20,00%	16
7) Acompanhamento e monitoramento das necessidades da população local	31,25%	25
8) Denúncia de violação de direitos	18,75%	15
9) Acompanhamento e auxílio em casos de violência doméstica	15,00%	12
10) Acompanhamento de uma população específica (crianças e adolescentes, pessoas encarceradas, pessoas em situação de rua etc.)	25,00%	20
11) Divulgação de dados sobre a pandemia	23,75%	19
12) Outro	68,75%	55

Fonte: Pesquisa Cultura e Sociabilidade nas Periferias, Fundação Perseu Abramo. Ainda não publicada.

Reforçando pontos já destacados nas questões anteriores, muitas organizações adaptaram suas rotinas para poder atender demandas de cunho assistencial e emergencial durante a pandemia. Destacam-se particularmente as ações de distribuição de cestas básicas (61,2%), distribuição e produtos de higiene (50%) e comunicação comunitária preventiva (48,75%). Vale destacar que os respondentes podiam assinalar mais de uma alternativa, motivo pelo qual a somatória das porcentagens não é igual a 100%.

Algumas organizações especificaram em “Outros” outras atividades que vêm desenvolvendo, como arrecadação de cobertas e roupas, confecção de máscaras e kits de EPIs, financiamento coletivo para a compra de alimentos, arrecadação de utensílios domésticos, hortas coletivas. Algumas organizações citaram ainda a prestação de serviços de comunicação para alertar sobre o que organizações da comunidade estavam fazendo durante a pandemia, oferecimento de serviços psicológicos e de grupos voluntários para esclarecer dúvidas sobre o auxílio emergencial.

O que se nota pelas respostas é que este foi um período de muito trabalho destas organizações e de suas comunidades. Muito embora muitas destas organizações tenham tido que abandonar temporariamente as atividades que desenvolviam previamente para poder prestar serviços que neste momento eram demandados de forma urgente, elas parecem ter conseguido rapidamente mobilizar pessoas, empresas e poder público para a criação de campanhas de doação e atender às necessidades mais básicas da comunidade, demonstrando uma solidariedade vibrante e resiliente nestes espaços em que a segurança humana já é estruturalmente tão frágil.

Já quando perguntadas sobre **“Que tipo de ações do poder público têm beneficiado a sua organização e sua comunidade desde que a pandemia foi decretada? E que outras ações poderiam gerar benefícios importantes se tivessem ocorrido?”**, as lideranças responderam de modo que suas respostas pudessem ser classificadas de acordo com os seguintes grupos: 1. grupo de lideranças para as quais o Estado adotou medidas de combate e prevenção à pandemia, mas foram insuficientes (48%). 2. grupo de lideranças para as quais o Estado não adotou medida nenhuma (16%). 3. grupo de lideranças para as quais o Estado adotou medidas, mas estas não chegaram às comunidades destas lideranças ou não foram estavam adaptadas às especificidades destas comunidades (16%) – um exemplo citado foi a distribuição de cestas básicas por parte do município para pessoas que são MEI (microempreendedor individual formalizado). A respondente explicou que o movimento que lidera era formado por comerciantes informais e que estas não foram beneficiadas pela ação. E 4. grupo de lideranças para as quais o Estado adotou medidas e

estas podem ser consideradas satisfatórias (5%). Há ainda um pequeno grupo que não respondeu ou que se limitou a citar ações que deveriam ter sido implementadas, sem dizer quais medidas estavam sendo adotadas pelo Estado naquela localidade e nem se eram suficientes ou se estavam beneficiando sua comunidade (6%).

Interessante notar que o auxílio emergencial foi mencionado em 32% das respostas como uma ação importante e que beneficiou a comunidade durante o período. As cestas básicas foram citadas por 20% dos respondentes - contudo no caso das cestas básicas, alguns respondentes chegaram a afirmar que não eram provenientes do poder público, e sim de empresas privadas ou de entidades sociais que os organizavam com doações para poder distribuí-las. Três respondentes mencionaram a Lei Aldir Blanc, criada durante a pandemia em nível nacional para auxiliar emergencialmente artistas que perderam renda por conta da impossibilidade de se apresentarem.

Um ponto que vale a pena destacar é que apenas 16% disseram que o Estado não tomou nenhuma providência para minimizar as consequências da pandemia. A grande maioria - 69% (soma dos grupos 1, 3 e 4) - reconhece que houve ações e entende o Estado como o condutor destas ações, mas 64% (soma dos grupos 1 e 3) salienta que foram insuficientes *ou* que não chegaram às suas comunidades, o que confirma nossa hipótese de falha do Estado na focalização de políticas e serviços para as comunidades periféricas.

Importante ressaltar ainda que dois respondentes explicaram que as medidas adotadas para beneficiar sua comunidade foram resultado de acionamento do poder público através de medida judicial. Isso significa que algumas comunidades dispõem de recursos humanos e capital social para este acionamento, tornando-as visíveis aos olhos do Estado. Mas pela quantidade de respondentes que citaram ter lançado mão deste recurso, a maior parte delas está à mercê da própria sorte, o que explica a enorme movimentação e quantidade de atividades empreendidas por elas durante a pandemia.

### **Considerações e próximos passos**

À medida que a pesquisa avança, algumas considerações e observações parciais podem ser feitas. Notou-se, por exemplo, que as dificuldades das populações periféricas em lidar com a pandemia no Brasil não foram ignoradas pela mídia internacional. No entanto, os registros internacionais estiveram focados, sobretudo, nas comunidades indígenas amazônicas, enquanto as

populações periféricas urbanas figuravam em menor grau. Se no caso das comunidades indígenas, a razão da mortalidade aparece como sendo o isolamento geográfico e a falta de cuidados médicos, nas favelas se destacam a estrutura precária das residências, densamente ocupadas, em que pesa a falta de saneamento adequado e o acesso regular à água potável.

Além disso, como muitos sobrevivem do trabalho informal, sem direito a férias ou abonos, permanece a necessidade de sair às ruas para trabalhar, mesmo “furando” a quarentena, o que certamente aumenta a possibilidade de contágio nestas comunidades e, conseqüentemente, sua letalidade nas periferias do país. Tanto num caso como em outro, é possível dizer que estamos falando de cenários de ausência de ações específicas do Estado para o enfrentamento da pandemia nestas localidades. Será muito interessante cotejar estas informações com o levantamento dos testemunhos que faremos na próxima etapa da pesquisa.

Quanto ao *survey*, é interessante notar que as respostas obtidas confirmam nossa hipótese inicial de que as ações governamentais baseadas nos dados oficiais de contágio e letalidade da COVID-19, bem como os protocolos sanitários correntes, não levam em consideração a precariedade em que vivem as populações periféricas. A pesquisa mostrou que muitos dos entrevistados não possuem condições mínimas para se adequarem aos protocolos sanitários, e para 89% deles, a ajuda do Estado não existe, é ineficiente ou simplesmente não chega à periferia. O dado oficial torna opaca a necessidade de maior focalização de políticas para garantir efetivamente a segurança humana dos indivíduos que habitam as periferias, ou “as margens”, do Estado.

Todas estas informações estarão disponíveis no repositório que estamos montando, inclusive os microdados, e estarão disponíveis no decorrer deste ano e no próximo. Uma vez que o site do projeto esteja no ar, ele passará a ser alimentado também com os testemunhos das lideranças mapeadas pelo Reconexão e outras, que multipliquem e retratem as distintas experiências das periferias brasileiras. A coleta destes testemunhos constitui a fase seguinte desta empreitada. Enquanto isso, o projeto avança, não tão rápido quanto a pandemia, mas passos importantes já foram colocados em prática. Somos realistas quanto aos prazos, nem a pandemia chegou ao fim, nem este projeto tem data para acabar. A próxima fase tem o objetivo de acompanhar de perto aqueles que estão mais vulneráveis ao momento que enfrentamos e visibilizar suas lutas diárias para manterem-se vivos.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA AFP. Indígenas bloquean carretera amazónica; piden ayuda contra el Covid-19. **La Jornada**, Mexico, p. na, 17 ago. 2020. Disponível em:

<https://www.jornada.com.mx/ultimas/sociedad/2020/08/17/indigenas-bloquean-carretera-amazonica-piden-ayuda-contra-el-covid-19-2424.html>. Acesso em: 5 mar. 2021.

AGENCIA AFP. Un juez le ordenó a Bolsonaro proteger a los pueblos indígenas del coronavirus. **El Espectador**, Colombia, p. na, 13 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/bolsonaro-debe-proteger-a-los-indigenas-del-coronavirus-dice-juez-de-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2010.

ANWAR, Ayesha *et al.* Role of Mass Media and Public Health Communications in the COVID-19 Pandemic. **Cureus Journal of Medical Science**, United States, v. 12, ed. 9, p. na, 14 set. 2020. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7557800/#:~:text=The%20media%20played%20a%20worldwide,reach%20of%20public%20health%20communications>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Pascalian meditation**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

COMISSÃO DE SEGURANÇA HUMANA. **Human security now: protecting and empowering people**. Relatório. New York: Nações Unidas, 2003.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND (UNICEF) - BRASIL, *Covid-19 and school closures: one year of education disruption, Março 2021*.

Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/one-year-of-covid-19-and-school-closures/>  
Acesso em: 21 mar 2021.

G1, Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19. Por **G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL**, 08/06/2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 20 mar 2021.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. **BBC**, United Kingdom, p. na, 12 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) – BRASIL. “OIT: Recuperação incerta e desigual é esperada após crise sem precedentes no mercado de trabalho”, **COVID-19: Monitor OIT** - 7ª edição, 24 de janeiro de 2021. Disponível em:

**Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais - ISSN: 2763-566X**  
**Volume 1, número 1, julho-dezembro de 2020.**

[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_767317/lang--pt/index.htm#:~:text=A%20mais%20recente%20an%C3%A1lise%20da,de%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20centradas%20nas%20pessoas](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_767317/lang--pt/index.htm#:~:text=A%20mais%20recente%20an%C3%A1lise%20da,de%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20centradas%20nas%20pessoas), Acesso em: 19 mar 2021.

HUDSON, Heidi. Larger than Life? Decolonising Human Security Studies through Feminist Posthumanism. **Strategic Review for Southern Africa**, v.40, n. 1, p. 46-64, 2018.

HYNEK, Nik; CHANDLER, David. Introduction: emancipation and power in human security. In: CHANDLER, David; HYNEK, Nik (eds). **Critical Perspectives on Human Security**. Rethinking Emancipation and Power in International Relations, Oxon and New York: Routledge, 2011.

PERES, I.T.; BASTOS, L.S.L.; GELLI, J.G.M.; MARCHESI, J.F.; DANTAS, L.F.; ANTUNES, B.B.P.; MAÇAIRA, P.M.; BAIÃO, F.A.; HAMACHER, S.; BOZZA, F.A. Sociodemographic factors associated with COVID-19 in-hospital mortality in Brazil, **Public Health**, v. 192, p. 15-20, 2021.

COVID-19 DATA REPOSITORY by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) da Universidade Johns Hopkins. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 7 set 2020.

COVID-19 DATA REPOSITORY by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) da Universidade Johns Hopkins. Disponível em: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>. Acesso em 20 mar 2021.

LEÃO, Gabriel. Being Black in Brazil in the time of pandemic. **Al Jazeera**, Qatar, p. na, 1 ago. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2021/1/20/being-black-in-brazil-in-the-time-of-pandemic>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MARCELINO, Ueslei. Brazil indigenous leader Aritana dead from COVID-19. **Reuters**, United Kingdom, p. na, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-brazil-aritana/brazil-indigenous-leader-aritana-dead-from-covid-19-idUSKCN2512T4>: 5 mar. 2021.

NOGUEIRA, Daniela. A face humana da paz? Os desafios de integrar direitos humanos, desenvolvimento e segurança nas estratégias de prevenção e reconstrução pós-conflito. In: FERREIRA, M.A.S.V.; KUHLMANN, P.R.L.; MASCHIETTO, R.H. (eds.). **Estudos para a Paz: Conceitos e Debates**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal do Sergipe, 2019, p. 321-354.

NOIS (Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde). Nota Técnica 11: Análise Sócio-Econômica da Taxa de Letalidade da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://sites.google.com/view/nois-pucrio/publica%C3%A7%C3%B5es?authuser=0>, acessado em 20.03.2021.

OLORUNNIPA, Toluse; Eunjung Cha, Ariana; e McGinley, Laurie. Drug promoted by Trump as coronavirus 'game changer' increasingly linked to deaths. **The Washington Post**, United States, p. na, 15 maio 2020. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/politics/drug-promoted-by-trump-as-coronavirus-game-changer-increasingly-linked-to-deaths/2020/05/15/85d024fe-96bd-11ea-9f5e-56d8239bf9ad\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/politics/drug-promoted-by-trump-as-coronavirus-game-changer-increasingly-linked-to-deaths/2020/05/15/85d024fe-96bd-11ea-9f5e-56d8239bf9ad_story.html): 5 mar. 2021.

PETERSON, Jenny H. 2013. "Creating Space for Emancipatory Human Security: Liberal Obstructions and the Potential of Agonism". *International Studies Quarterly* 57: 318-328.

PHILLIPS, Dom. 'Enormous disparities': coronavirus death rates expose Brazil's deep racial inequalities. **Reuters**, United Kingdom, p. na, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/jun/09/enormous-disparities-coronavirus-death-rates-expose-brazils-deep-racial-inequalities>. Acesso em: 5 mar. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Human Development Report 1994 - New Dimensions of Human Security. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South**. Justice against epistemicide. Oxon, New York: Routledge, 2016.

SMITH, Linda T. **Decolonizing methodologies**. Research and indigenous peoples. Second edition. London and New York: Zed Books, 2012.

SLATTERY, Gram; EISENHAMMER Stephen , PEROBELLI Amanda . "Imported by the rich, coronavirus now devastating Brazil's poor". **Reuters**, United Kingdom, p. na, 1 maio 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-brazil-poor/imported-by-the-rich-coronavirus-now-devastating-brazils-poor-idUSKBN22D549>. Acesso em: 5 mar. 2021.

TEIXEIRA, Fabio. Un juez le ordenó a Bolsonaro proteger a los pueblos indígenas del coronavirus. **Reuters**, United Kingdom, p. na, 21 jan. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-brazil/starve-to-death-or-die-of-covid-stark-choice-for-brazils-poor-idUSKBN29Q2PL>. Acesso em: 5 mar. 2021.

TÉLAM (Argentina). Murieron tres bebés y un hombre mayor en la Amazonia por coronavirus. **Télam**, Argentina, p. na, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202007/484182-brasil-amazonia-coronavirus-muertes.html>. Acesso em: 5 mar. 2021.

WATSON, Katy. Coronavirus: Brazil's favela residents organise to stop the spread. **BBC**, United Kingdom, p. na, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-52137165>. Acesso em: 5 mar. 2021.